



**REPRESENTAÇÕES DE ATRASO E VIOLÊNCIA
ACERCA DOS SERTÕES E DOS SERTANEJOS NA REGIÃO
DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS NO SÉCULO XIX.**

EUCLIDES ANTUNES DE MEDEIROS*

A Historiografia Nacional: repensando o Brasil a partir de suas regiões

É recorrente na historiografia brasileira a caracterização do processo colonizador como sendo portador da marca da violência. Esta marca gravada a ferro e fogo ou talhada em carne pelo fio da espada teve como primeiro alvo a pele dos habitantes naturais: aqueles que os povoadores denominaram índios. Raimundo Faoro, ao falar do Brasil seiscentista, já a aponta como uma pesada herança difícil de dissolver:

Entre o mar e o sertão, entre o mar e a serra, entre o mar e o indígena havia um mundo novo. Este será o capítulo original da história brasileira, os cenários de outra epopeia, sem a projeção poética da outra, ornamentada pelos deuses latinos e pelas letras da Renascença. O mito edênico do selvagem não durara um século, em seu lugar apareceu o índio feroz, o senhor da terra, traíçoeiro e impiedoso. O missionário, representado pelos jesuítas (...) não se deixou seduzir pela imagem cristã da inocência, sugerida pela carta de Pero Vaz. A primeira obra reduzir o índio à paz, pela persuasão ou pela força (FAORO, 2001: 179)

Acrescentando, Faoro afirma: “[...]. A colônia prepara para os séculos seguintes uma pesada herança, que as leis, os decretos e os alvarás não lograrão dissolver” (FAORO, 2001: 193). Entre as páginas que separam as duas citações Faoro constrói a ideia de que na “epopeia da colonização”, na lida com esse “novo mundo” hostil, firmam-se as relações sociais que serão à base da “conduta política dos brasileiros” marcada pelos laços de pessoalidade e tendo como protagonistas “o ‘coronel’ e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão”(FAORO, 2001: 182).

* Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Professor Adjunto nos Cursos de História da Universidade Federal do Tocantins-UFT, líder do Grupo de Pesquisa "História Regional: memórias e territorialidades".

Percebe-se em Faoro a já conhecida oposição entre “litoral” e “sertão” e foi esta oposição que lançou raízes em muitas das dimensões dos escritos brasileiros, nas ciências sociais, ciências humanas, na literatura. Neste último campo, em boa medida, a obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, é uma das grandes responsáveis pela construção dessa oposição e dela trataremos adiante. Porém, por hora, basta salientar que, embora haja na historiografia já há algum tempo um esforço em desconstruir essa dicotomia, penso que não seja necessário e muito menos desejável jogá-la de todo por terra. Ela merece, sim, ser ainda problematizada.

Sobre essas relações construídas e perpassadas pela violência nos processos de povoamento das regiões brasileiras é recorrente na historiografia brasileira uma figura central: o senhor patriarcal encarnado primeiro no “senhor de engenho” e posteriormente no “coronel” como sendo os principais responsáveis pela construção de uma cultura de violência em nossa sociedade. Autores como Raimundo Faoro, que, nos fala da pesada herança do patrimonialismo, e Gilberto Freire, que reflete sobre o cotidiano violento, mas também afetivo, da Casa grande e da senzala, e Sérgio Buarque de Holanda, que caracteriza o “homem cordial”, são clássicos sempre retomados e re-lidos pela nossa historiografia no sentido de reforçar a responsabilidade dessa figura.

Não nego a relevância desses grupos vinculados ao poder ou mesmo representantes do próprio poder para a construção de uma *cultura de violência*. Entretanto, considero necessário ressaltar que ao serem colocados sempre no centro da discussão pela historiografia, perdemos a oportunidade de entender como os demais sujeitos, principalmente aqueles que estavam “sob o seu mando”, foram também construtores dessa cultura. Penso ser necessário entender os significados diferenciados dados à violência, isso dependendo de quem a praticava, sofria, e dos móveis e interesses que a geravam refutando a ideia que determinados sujeitos ou uma determinada região seria violenta “por natureza”.

O fardo de nossa historiografia que trata das relações de poder entre os “coronéis” e o “resto da população” é tão pesado que até mesmo mentes brilhantes que produziram trabalhos significativamente inovadores, como a de José Murilo de Carvalho, arquearam sob tal carga:

Este era o Brasil sertanejo que se agitava e revelava seus valores antagônicos aos das elites modernizantes urbanas. Havia ainda o vasto mundo rural que se mantinha silencioso, submetido ao poder dos grandes proprietários de terra, inclusive nas áreas de agricultura de exportação. Sintomaticamente, os movimentos messiânicos do nordeste e do sul se deram em regiões de pequena propriedade, longe do domínio do grande latifúndio. O resto do mundo rural era o reino dos coronéis que dominavam os partidos republicanos estaduais e davam sustentação ao governo federal e estabilidade à república oligárquica. Este mundo, assim como essa república, da qual estavam excluídos 95% dos cidadãos, nada tinham de moderno. Era um mundo de analfabetismo, de trabalho semi-servil, de ausência de direitos, de paternalismo. A única exceção talvez fosse o Estado de São Paulo, para onde se dirigiu o grosso da imigração européia. (...) [os imigrantes] entraram em São Paulo, alterando profundamente a democracia, a economia e a sociedade do Estado. Até mesmo a distribuição da propriedade rural foi democratizada graças à ascensão social dos imigrantes. (CARVALHO, 1998: 116)

A “exceção” apontada por Carvalho, apesar de bem contextualizada no interior do processo da onda de imigração italiana, corrobora suas próprias afirmações no que se refere a São Paulo. Isso se pensarmos nos “resultados” desse processo. Entretanto, se pensarmos no processo em si, e nos seus antecedentes, São Paulo seria uma exceção tão clara assim? Às vezes nós, intelectuais, principalmente os da História, talvez por um apego exagerado pela relação presente/passado, tomamos noções construídas a posteriori de qualquer processo histórico de acordo com as demandas de um tempo específico. Um presente que estaria “fora” daquele processo, tanto no que se refere ao intelectual quanto à sociedade sobre a qual este se debruça, correndo o risco de cometer nosso maior pecado: o anacronismo conjugado aos deslocamentos espaciais.

A importância da imigração italiana, citadas por Carvalho, por exemplo, para a construção das relações diferenciadas devem ser problematizadas dentro das limitações de uma análise determinada por processos específicos demarcados temporal e espacialmente, ou seja, social e historicamente. No mesmo sentido, as relações sociais construídas no Norte e Nordeste se deram de acordo com demandas também específicas, circunscritas a questões políticas e econômicas muito díspares em relação ao Sudeste. É conveniente ressaltar, porém, que se ater a estas especificidades não significa descartar os aspectos relacionais que envolvem ambas as regiões no que se refere aos sistemas políticos e econômicos vivenciados pelo país numa dada

conjuntura. Significa investigar caminhos não percorridos, obscurecidos, menosprezados pelas construções historiográficas. De fato, questões relacionadas às noções de direito, democracia e cidadania estavam no horizonte de expectativas dos imigrantes que chegavam a São Paulo em função de suas trajetórias históricas vivenciadas nas sociedades europeias. Mas as expectativas dos sujeitos da região dos Vales, bem com das regiões Norte e Nordeste, no que concerne a estas noções de "direito", inclusive o direito ao uso da terra, não se pautavam em trajetórias análogas.

É digno de nota como Carvalho generaliza suas análises, relativamente apropriadas para o Sul e Sudeste, estendendo-as para o Nordeste. O que questiono inicialmente é o uso da noção de latifúndio e pequena propriedade - umbilicalmente atrelada à noção de “coronel”. Se essas noções - ou a ausência das práticas que lhe deram origem, são apropriadas para esclarecer as revoltas no Sul – a exemplo do Contestado que o autor cita - devemos inquirir primeiro se é válida para o Norte e Nordeste a noção que se tem de latifúndio e pequena propriedade pensada para o Sul. Devemos considerar as formas pelos quais eram praticados os sistemas de plantação, se monocultura ou não, de criação, se extensiva ou não, de mão de obra, de agregação, de colonato, de “escravidão por dívidas”, de trabalho indígena.

Ou seja, devemos indagar se as relações sociais que envolviam fazendeiros e lavradores seriam as mesmas no Sul, no Sudeste, no Norte e no Nordeste. É no mínimo questionável a afirmação de que os movimentos messiânicos no Nordeste tenham se dado “longe do domínio do latifúndio”, e por extensão, longe do domínio dos coronéis. No que se refere ao Movimento de Canudos, citado pelo autor, a leitura que faço de Euclides da Cunha esclarece que a família de seu líder, o Beato Antônio Conselheiro, foi alvo da perseguição dos “mandões” da região.

Foi uma das lutas mais sangrentas dos sertões do Ceará, a que se travou entre estes dois grupos de homens, desiguais na fortuna e posição oficial, ambos embravecidos na prática das violências e numerosos. Assim começa o narrador consciencioso breve notícia sobre a genealogia de Antônio conselheiro. Os fatos criminosos a que se refere são um episódio apenas entre as razzias, quase permanentes, da vida turbulenta dos sertões. Copiam mil outros de que ressaltam, evidentes, a prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura do sertanejo. [...]. Araújo da Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes. Criadores opulentos, senhores de

braço e de cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmo, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes. E como estes eram bravos até à temeridade, chamaram a postos a guarda pretoriana dos capangas. (CUNHA, s/d: ¹⁰²).

Há evidências em *Os Sertões* de que a população que constituiu Canudos era formada por imigrantes de vários estados do Nordeste, senão de todos, e que muitos dos que para ali acorriam fugiam da “prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura do sertanejo” (CUNHA, s/d: ¹⁰²). Embora Euclides da Cunha não o diga textualmente, ao caracterizar a população de Canudos, constituída de vaqueiros, lavradores, jagunços e toda sorte de “desvalidos”, deixa entrever que essa população ao buscar ali o “leite e mel” e o trabalho comunitário na terra, prometidos pelas prédicas do Beato, buscava um alívio para o braço de ferro do mandonismo na região, diretamente imbricada às disputas pela posse e pelo domínio das largas faixas de terras aproveitáveis para a criação extensiva.

O que essa historiografia já cristalizada que estou problematizando nos legou, apesar de toda a renovação historiográfica brasileira das últimas três décadas, é difícilimo de erradicar: o limbo em que foram colocados os sujeitos homogeneizados que estão “sob o mando” de um coronel e uma noção também homogeneizante de região que parte sempre da oposição litoral/sertão.

Olhares para o Sertão da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins

Tal problematização deveria levar em conta que qualquer marco “natural” para uma região é antes de qualquer coisa uma escolha política feita ao sabor de determinados interesses, de grupos e ou/classes, e que “as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, e um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”(BOURDIEU, 2006: 115).

Nesse sentido, o primeiro problema que se deveria colocar seria a questão da “região” ser uma construção intelectual (no campo científico) e que as representações construídas acerca de

uma região são resultantes da interação entre as "visões de dentro" e as "visões de fora", incluindo aí o olhar do próprio pesquisador. Colocar-se no centro desse problema é crucial para qualquer pesquisador, pois:

Quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, com sua formação e os seus interesses específicos a isso os impelem, ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não será necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado). Mas esses investigadores não fazem melhor quando, abdicando da distância do observador, retomam à sua própria conta a representação dos agentes, num discurso que, à falta de meios para descrever o jogo em que produz esta representação e a crença que a fundamenta, não passa de uma contribuição entre outras para a produção da crença acerca da qual haveria que descrever os fundamentos e os efeitos sociais (BOURDIEU, 2006: 121).

Bourdieu nos lembra ainda que mesmo quando o pesquisador se coloca no centro de tal problematização, admitindo que o resultado geral de seu trabalho seja mais uma entre as várias representações construídas acerca do objeto estudado, ainda assim não estamos livres de aparecer como sensores ou cúmplices dessas construções à medida que nos servimos do "discurso autorizado" para identificar, ratificar ou negar as representações construídas sobre e/ou pelos grupos sociais, etnias e regiões, dentre outros. Destarte, apesar das singularidades no que concerne à formação territorial e de ocupação dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, o povoamento dessa região capitaneado pelo apresamento e pelo extermínio de indígenas a aproxima do conjunto dos territórios brasileiros no que se refere aos aspectos violentos desse povoamento. A historiografia regional está repleta de relatos acerca dessa violência:

Ao tempo da descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território. Silva e Souza enumera em 1809 vinte tribos, e certamente não estão incluídas todas. Podemos citar entre as mais importantes: Caiapó, Xavante, Goiás, Crixá, Araés; Xerente, Carajás, Akroá [...] Durante a época da mineração as relações entre índios e mineiros foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio. Ao mineiro, sempre apressado e inquieto, faltava-lhe tempo e paciência para tratar de atrair-se o índio mediante uma política pacífica. À invasão de seus territórios e às perseguições dos 'capitães do mato' respondiam os índios com contínuas represálias (PALACIN, 1989:37).

Essa historiografia, salvo pouquíssimas exceções, foi produzida por um viés bem definido: o da história política e da econômica, sendo as obras, geralmente, um misto de ambas.

Um dos historiadores mais representativos dessa perspectiva é Luís Gomes Palacín, que reconstituiu parte da história do extremo-norte de Goiás por meio do estudo de caso do que ficou conhecido como “As três Revoluções de Boa Vista”, atual Tocantinópolis-TO. Esse historiador é de certa forma responsável por imprimir um traço marcante dessa Historiografia: a caracterização do norte de Goiás, do sul do Maranhão e do sul do Pará como o local da decadência, do atraso e do abandono.

A problematização, realizada até aqui, das ideias de sertão, de litoral, de visão interna, de visão externa, de lugar desenvolvido e de lugar atrasado concorre no decorrer de nossa discussão para a busca de um deslocamento da análise do pares dicotômicos apresentados até agora para a tentativa de construir, ou melhor, reconstruir uma noção/prática para um termo múltiplo e, ao mesmo tempo, apropriado em vários estudos: a noção simbólica, e por isso mesmo concreta, de região. É necessário reconstruir então a concepção de região dentro e a partir de marcos adequados à compreensão das relações sociais das quais se originam e é originada a violência nos Vales, partindo não de dicotomias ou de fragmentações, mas de alguns supostos de integração, como as ideias que o sociólogo Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, propõe para que seja possível “uma reflexão crítica sobre a ideia de região”(BOURDIEU, 2006: 107):

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição regional ou étnica, cultural, com a condição de se passar para além da oposição [...] entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real [...] no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais [...] As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais relativos que lhes são correlativos, como o sotaque, é um caso particular [...] das lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e por este meio de fazer e desfazer grupos(BOURDIEU, 2006: 113).

Nesse sentido, a avaliação, por exemplo, produzida por Palacín de que os Vales são propensos à violência traz embutida nela a ideia do estigma, ou seja, de que essa região é violenta em seu estado natural e não em função das condições históricas que a engendrou. De fato, naturalizar o “outro”, enquanto o “eu” seria produzido historicamente, é uma das práticas em que o exercício de dominação e, conseqüentemente, de imposição arbitrária é um dos meios

mais eficazes de produzir diferenças ou semelhanças entre grupos, pois “a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito” (BOURDIEU, 2006: 115). A percepção de que além de ser a região um espaço concreto e real é também um termo, uma noção prática, um constructo intelectual a partir do qual é possível discutir sempre sobre os limites de variação entre os elementos não idênticos que os determinantes de poder tratam como semelhantes, o que viabiliza a perquirição de região como produto de diferença cultural historicamente construída e demarcada em suas especificidades. Ou seja, é possível reconstruir determinados processos de forma relativamente autônoma, sem que haja a necessidade apriorística de justificar sua posição dentro das relações de poder que classificam os binômios, como no caso de *sertão* e de *litoral*. Este é o princípio do qual se parte aqui, não apenas para fazer ver o jogo de poder que ultrapassa a questão dos espaços físicos, mas para avançar em direção às diferenças culturais produzidas no jogo simbólico e que objetivam definir e caracterizar determinada região.

Por outro lado, buscar reconstruir as particularidades regionais, fugindo de qualquer visão homogênea sobre regionalidades e regionalismos, passa pela construção de procedimentos capazes de questionar os padrões de desigualdade construídos e reconhecidos por meio dos pares opostos litoral/sertão, cidade/rural, atraso/desenvolvimento re-fazendo, assim, a região enquanto prática social, cultural e simbólica, de forma que seja possível revelar modos de viver específicos, relações de trabalho específicas, valores, costumes e tradições experienciadas pelos sertanejos que viviam na Região dos Vales do Araguaia e Tocantins.

Na historiografia regional em análise, os sertanejos pobres formam uma “massa homogênea”, às vezes apresentados como pobres coitados tutelados pelos “coronéis”, outras vezes fazendo ombro com o “sertanejo forte”, determinados sujeitos que se sobressaem na “luta” para tirar o norte do referido atraso. Em Palacín é dado aos sujeitos o mesmo tratamento dado à região. Ou seja, ao seguir as representações contidas nas fontes oficiais acerca da decadência e do atraso dessa, acaba por projetar sobre os homens que aí viviam uma “decadência moral e psíquica”. Após caracterizar assim o norte, Palacín se vale das “impressões” do deputado

Francisco Ayres da Silva emitidas em 1920 sobre a população do extremo norte, mais especificamente de Boa Vista:

Suas impressões sobre a população – embora ele confesse ser de segunda mão – são mais negativas: os goianos são poucos, só um décimo do total, o resto é composto de maranhenses – quatro sétimos – e de nordestinos, piauienses, cearenses, paraibanos, alagoanos, baianos etc.; estes buscadores de fortuna são, regra geral, ‘de má catadura e muita vez o rebutalho de outros centros cultos’. A distância da capital faz com que o governo goiano encontre extrema dificuldade em fazer sentir sua presença, e desta forma ‘a ação dos maus elementos está com arras suficientes para aniquilar a iniciativa dos bons’, e a região não encontra garantias para o progresso (PALACIN, 1989:27, destaque nosso).

Assim, na impossibilidade de pensar a região em um campo de maior autonomia, melhor que jogar por terra as noções de decadência e atraso é compreender seus significados dentro destes espaços simbólicos, culturais e materiais que é uma região. Nesse sentido, ao aceitar "impressões de segunda mão" orientadas por uma visão oriunda de "centros cultos" que caracteriza os sujeitos como sendo de má catadura" ou "rebutalho" Palacin não quis problematizar o porque desses sujeitos serem assim representados. Percorrendo a documentação oficial, como os Relatórios dos Presidentes de Província e outros tais como os relatos, principalmente os de viajantes, entende-se a partir do quê e como essas representações acerca desse mundo sertanejo foram criadas; todas elas conduzem a ideia de uma “região ignota”, decadente, atrasada, habitada por homens “inescrupulosos”, “vadios e malfeitores”:

O esforço em desconstruir essas dicotomias, embora mais recente, segue o caminho que em geral a historiografia brasileira propõe: trocar os sinais de negativo por positivo, e/ou ao contrário. Na obra **"Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade"**, do historiador Nars Nagib Fayad Chaul (CHAUL, 1997). Chaul tem o mérito de problematizar a questão à medida que discute como a ideia de região decadente é construída a partir dos olhares de viajantes e administradores em função de uma nova realidade em Goiás: o empobrecimento dos garimpos, quanto à quantidade de ouro produzida, e a escassez de meios para explorar o ouro de profundidade. Deste modo, partindo de uma visão externa de opulência, a alta produtividade de ouro no norte da capitania, ao menos até a década de 1780, garantiu a

confiança em um “pretenso e permanente” desenvolvimento da sociedade mineradora em Goiás. Porém, quando as lavras de ouro começaram a minguar, afinal a extração de minério no século XVIII no Brasil era quase sempre efêmera, pois não havia tecnologia apropriada para escavar e retirar o minério de profundidades maiores, todo o período pós-mineração foi caracterizado como decadente. Dessa concepção primeira de decadência, segundo Chaul, é que a historiografia se servirá para construir o estigma subsequente, o de atraso:

Viajantes e governadores, intelectuais e políticos, e mesmo o senso comum, viam na precariedade das estradas, na falta de incentivos de toda a ordem do governo real, no estado de extrema pobreza ou excessiva miséria, os símbolos básicos capazes de resumir a transição da fase mineradora para a agropecuária. Ao chegarmos ao período histórico marcado pela preponderância da agropecuária, buscaremos analisar a eficácia da representação da decadência e os frutos legados à análise da Primeira República em Goiás. A República Velha toma a forma do atraso, como representação sinônima de decadência, sobre a qual será construída toda uma interpretação histórica, a ser questionada (CHAUL, 1997:19-20).

Ao contrário das representações de decadência e atraso perceptíveis em Palacin, o autor propõe que Goiás no período da República Velha produzia “[...] para sua autossustentação, aos níveis de suas necessidades, dentro de suas possibilidades de transportes e satisfação econômicas, não significava decadência ou atraso, mas uma afirmação dessa sociedade [...]” (CHAUL, 1997:234). Concordo com Chaul em sua problematização da construção da representação da decadência à medida que uma significativa historiografia em número e qualidade já demonstrou suficientemente que a sociedade mineradora goiana, dado seu caráter efêmero, não promoveu a riqueza e o “fausto” como verificado na sociedade mineradora de Minas Gerais, por exemplo. Não haveria, portanto, razões para que o estereótipo de decadência e de atraso se consolidasse.

Partilho também de sua ideia que a região se desenvolvia ao seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades. E aqui devo ressaltar que a construção de uma região que “baste a si mesma”, em suas precisões e suas limitações, parece ser uma construção mais feliz do que atribuir à região uma identidade apriorística ou naturalizada. Entretanto, mesmo considerando as relações sociais específicas da região, essa noção de autossuficiência apresenta alguns

problemas. Em referência ao atraso, algumas considerações se fazem oportunas, até porque ao se tentar colocar algo no lugar de “região atrasada” é possível se ver tentado a colocar uma “região autossuficiente” na vacância, apenas trocando os sinais de negativo para positivo, o que, ao contrário de resolver problemas, pode criar outros, talvez maiores.

Se o paradigma do qual se parte é o de desenvolvimento, e não tenho dúvidas que é a partir desse lugar que parte Chaul, então se deve assumi-lo por completo. No entanto, se o fizermos não há como não comparar os níveis de desenvolvimento diferenciado entre uma região e outra. O próprio autor chama atenção para o fato de o Brasil ser marcado pelas diferenças de desenvolvimentos regionais. Ou seja, é impensável o “atraso” em si mesmo. Dito de outra forma, o termo atraso só é aplicável se pensado junto com seu oposto: adiantado/desenvolvido. E ao se partir do paradigma de desenvolvimento, compara-se, inevitavelmente, algo que é desenvolvido, de acordo com o próprio paradigma, com o que não é, ou ainda não é, seguindo sempre o que está de acordo com esse mesmo paradigma.

Nesse sentido, penso que é mais producente, ao invés de negar ou "exorcizar" o atraso, entender o que ele significou para aquela sociedade, quais as relações sociais específicas que engendraram aquela forma específica de desenvolvimento e, principalmente, como os sujeitos, mediante as diferentes configurações de classe, funções, papéis sociais e interesses diferenciados agiram no sentido de moldar a sua forma específica de “desenvolvimento”.

Chaul, embora assertivo no que se refere ao desenvolvimento de Goiás a um ritmo próprio, ao lançar mão da noção de autossuficiência, de certa forma isola a região das relações com as demais à medida que, apesar de reconhecer o desenvolvimento regional desigual da sociedade brasileira, desconsidera justamente que essa desigualdade se constrói exatamente nas relações sociais estabelecidas entre espaços diferenciados que apresentam estágios diferenciados de desenvolvimento de suas forças produtivas e, portanto, o binômio atraso/desenvolvimento é fruto mesmo das relações desiguais estabelecidas entre esses espaços diferenciados.

Goiás desenvolveu-se em seu próprio ritmo em parte em razão do jogo de relações econômicas e políticas estabelecidas com as demais regiões do país, no interior das quais

escolhas foram feitas, projetos políticos e ideológicos foram disputados. E nessa disputa devemos considerar que pelas características específicas de seu desenvolvimento, que inclui a extrema precariedade das comunicações e de transportes, sem dúvida geravam-se entraves na articulação de um diálogo e nas trocas comerciais com as demais regiões bem como com o restante da própria província.

Entretanto, devemos considerar também que, não poucas vezes, os entraves das articulações políticas ou das relações comerciais eram resultantes ora da falta de interesse dos envolvidos nestas relações, ora davam-se por força de interesses muito específicos dos mesmos. Nesse sentido, o que a historiografia problematizada por Chaul construiu como “isolamento” e “abandono”, noções tão veementemente rechaçadas por ele mesmo, deve ser entendido como proximidade ou afastamento, dependendo das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, proximidade e/ou afastamento são elementos constituidores e constitutivos do desenvolvimento da região e têm os interesses políticos e econômicos como balizadores do quanto essa proximidade ou o afastamento seriam desejáveis ou não nestas relações marcadas pelas diferenças e desigualdades. O próprio Chaul, ao cotejar a historiografia sobre o desenvolvimento de Goiás, citando Maria Augusta Sant’Anna nos dá a pista que nos conduz a afirmação acima:

Alguns estudiosos procuram mostrar até mesmo a obstrução destes setores ao desenvolvimento de qualquer projeto que significasse a modernização, uma vez que estariam efetivando uma política de autonomia pela manutenção do atraso. O próprio Bulhões é acusado de não oferecer préstimos políticos à implantação das ferrovias em Goiás. Algumas vozes se levantaram contra essa afirmação. (CHAUL, 1997: 122) [...] 'As oligarquias, como já mencionado, não se empenharam pela construção da estrada, mas isso não quer dizer que alguns dirigentes e políticos a ela ligados não tenham se levantado em determinado momento em favor da edificação da linha, inclusive como oportunismo político-eleitoral. O Próprio Leopoldo de Bulhões, oligarca goiano que despontara no cenário político nacional, depois de ter sido convencido da viabilidade econômica da estrada, oportunamente passou a lutar por ela' (SANT’ANNA DE MORAES, 1997: 122-23).

Ora, seria conveniente perguntar o porquê de em um momento Leopoldo de Bulhões posicionar-se contra a instalação da ferrovia e, principalmente, “o quê” o convenceu do contrário. Para além da viabilidade econômica, com certeza a sua mudança de posicionamento

em relação à ferrovia lhe rendeu dividendos importantes no jogo das relações políticas na época e esses dividendos sob a forma de poder e de dominação estavam, sem dúvida, umbilicalmente atrelados a dividendos econômicos que adviriam das relações com outras regiões. Além disso, é necessário ressaltar que as dicotomias “litoral/sertão, desenvolvido/atrasado, civilizado/atávico, entendidas nesse trabalho como aproximação/ distanciamento foram construídas cultural, histórica e socialmente, portanto aceitas pelos seguimentos sociais, classes, enfim, pelas sociedades que as construíram e que com elas lidaram. Os sujeitos se reconhecem nessa dicotomia, uma vez que esse “se reconhecer” gera práticas concretas, ou seja, o estigma de região atrasada, abandonada, o que era muitas vezes utilizado como mecanismo para reivindicar sejam verbas, atenção política ou mesmo intervenções diretas na região da parte daqueles que detinham o poder.

Em outras circunstâncias, para os sertanejos pobres, por exemplo, era o afastamento, e não a aproximação ou a intervenção, um porto onde se mantinham seguros contra o recenseamento e, conseqüentemente, contra os recrutamentos e, em muitos casos, longe do alcance da mão pesada do mando local. Enfim, a posição confortável em que se colocam os intelectuais que não estão interessados em problematizar a condição de superioridade que foi construída para o litoral e, por oposição, de inferioridade para a noção de sertão, conduz a algumas reflexões que, talvez, contribuam para a essa dicotomia construída ser atribuída um novo status. Em primeiro lugar, surge uma pergunta: é necessário disputar com o cânone historiográfico, que fala a partir e, muitas vezes, em favor do centro/litoral, com o objetivo de que, não apenas para a noção de sertão como para a própria concretude do sertão, construam-se espaços de visibilidade e de reconhecimento intelectual e político?

Não creio que esse seja o caminho: disputar para nivelar litoral e sertão é colocar em risco, inclusive porque o cânone volta-se para o litoral, as possibilidades de que o sertão seja pensado em sua concretude. Insisto, o equívoco não está na nomenclatura sertão, como ainda querem alguns ao se ater ao vocábulo “desertão”, mas os significados simbólicos, e por isso

mesmo tão concretos, que são atribuídos ao termo, tais como: sertão/atraso; sertão/decadente; sertão/abandonado.

Defendo que se quisermos entender um "ritmo específico" de uma região "rotulada de sertão" devemos problematizá-la a partir dos modos de viver dos "sertanejos" que nela vivem. Para isso é imprescindível sondar as várias dimensões das vidas desses sujeitos: as relações de trabalho, as afetividades, a religiosidade, a economia de vida (que pressupõe uma economia moral), os valores éticos, a moralidade. Enfim, um feixe de elementos que constituem no conjunto o que estamos denominando aqui de *cultura sertaneja*. O entendimento do "ritmo próprio" do desenvolvimento dessa região em minha compreensão se deve em grande medida às formas pelas quais a violência foi nela experimentada, e nessa experiência transformada em valores, em trabalho, em economia e, em última instância, numa *cultura de violência*. Dessa forma a violência é entendida como uma construção cultural que se dá por meio das formas pelas quais os homens vivem o mundo e não como um atributo "natural" ou "inerente" a determinados sujeitos. Nesse caminho também é possível perceber que as várias formas de violência experimentadas numa dada região é utilizada, de forma arbitrária, para caracterizá-la como uma região "predisposta" à violência por ser "atrazada".

Pierre Bourdieu alertou os historiadores que ao pensarmos a violência, é necessário atentar para a violência simbólica que engendra as motivações de caráter mais profundo no que tange aos comportamentos onde estão as atitudes de submeter ou de ser submetido. Segundo esse autor diversas instituições dentre elas, o Estado, a Igreja, a escola assumem a tarefa de, por meio, da violência simbólica, manter e reproduzir um dado ordenamento político. Seguindo essa linha de raciocínio entendemos que todos os campos discursivos oriundos dos grupos dominantes, que num dado momento tornaram-se hegemônicos, ou pelos menos foram utilizados visando uma hegemonia, procuram realizar a transmutação dos valores e costumes de uma dada sociedade, principalmente os praticados pelos grupos "dominados" para o ordenamento lógico (político e econômico) pretendido pelos "dominantes" e é nesse processo de transmutação que ocorre a

violência simbólica. A dicotomia litoral/sertão é, nesse sentido, uma violência simbólica. Cabe a nós historiadores não praticá-la.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal), 9 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. 5 edição. São Paulo: Ediouro. s/d.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo. 2001.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant`Anna. **História de Goiás**. 5 ed. Goiânia: UCG, 1989.

PALACÍN, Luís Gomes. **O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás – O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista – 1890 a 1930**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

SANT`ANNA DE MORAES, Maria Augusta. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Oriente 1978. Apud. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL